

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE EXCELÊNCIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL**

**DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGI**

**CHALLENGES OF ACCESSIBILITY IN PUBLIC AGENCIES: AN ANALYSIS IN THE
MUNICIPAL CITY OF ITAGI**

Luan Ranei Cruz De Almeida¹
Isaias Matos de Santana Junior²

RESUMO

O acesso dos cidadãos com mobilidade reduzida em locais públicos perpassa pela importância de se refletir sobre o importante papel da Engenharia Civil na elaboração e execução de projetos que atendam todas as normas que existem, além das fiscalizações que precisam ser mais rigorosas nesses locais. Contudo, na prática, mesmo com essas regulamentações, a falta de acessibilidade acaba ferindo direitos constitucionais, como o direito de ir e vir de pessoas com deficiência. O objetivo é realizar uma análise sobre a acessibilidade na prefeitura da cidade de Itagi, na Bahia. A organização metodológica foi estruturada em duas partes: a primeira, correspondente a literária, em que os autores selecionaram produções científicas nas bases de dados LILACS, SciELO e *Google Scholar*, identificando 5 manuscritos que integraram a revisão integrativa da literatura; e, a segunda parte de caráter observacional e exploratório, por meio de levantamento fotográfico resultando em um estudo de caso. Os resultados sugerem que o número de pessoas com necessidades especiais vem crescendo no mundo, sendo necessário um olhar crítico dos gestores dos órgãos públicos para que sejam cumpridos de fato as normativas que asseguram fiscalização e modificações referentes a acessibilidade. Conclui-se que embora tenha sido criadas leis e normativas federais, estaduais e também municipais, ainda é evidente a necessidade de mudanças nos locais do estudo, tais como rampas de acessibilidade, corrimão de apoio para as rampas de acesso e sinalização específica.

Palavras-chave: Acessibilidade; Órgão Público; NBR 9050:2020.

¹Acadêmico do Curso de Engenharia Civil pelo Centro Universitário de Referência – UNEX de Jequié – Bahia. E-mail: egh_civil.luan@hotmail.com

²Coordenador do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Referência – UNEX de Jequié – Bahia.

ABSTRACT

Access for citizens with reduced mobility in public places involves the importance of reflecting on the important role of Civil Engineering in the preparation and execution of projects that meet all existing standards, in addition to the inspections that need to be more rigorous in these places. However, in practice, even with these regulations, the lack of accessibility ends up violating constitutional rights, such as the right of people with disabilities to come and go. The objective is to carry out an analysis of accessibility in the city hall of the city of Itagi, in Bahia. The methodological organization was structured into two parts: the first, corresponding to literary, in which the authors selected scientific productions in the LILACS, SciELO and Google Scholar databases, identifying 5 manuscripts that were part of the integrative literature review; and, the second part is observational and exploratory in nature, through a photographic survey resulting in a case study. The results suggest that the number of people with special needs is growing in the world, requiring a critical look from the managers of public bodies so that the regulations that ensure supervision and modifications regarding accessibility are actually complied with. It is concluded that although federal, state and municipal laws and regulations have been created, the need for changes in the study locations is still evident, such as accessibility ramps, handrails for access ramps and specific signage.

Keywords: Accessibility; Public Body; NBR 9050:2020.

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um assunto que vem sendo bem discutido na contemporaneidade devido as necessidades de alterações e melhorias em construções, a fim de respeitar e contribuir com a ida e vinda dos cidadãos com limitações, o que atenua uma preocupação constante na urbanização das cidades, se atendo a aplicação de leis e normas que estão intrinsecamente relacionadas com o assunto (GHIRALDI, 2014; FLORIANO E VARGAS, 2019).

Sob essa ótica, o Brasil elaborou estrategicamente o Programa de Acessibilidade Urbana, que inclusive é assunto discorrido na Norma Brasileira NBR 9050/04 que discorre sobre a acessibilidade como uma possibilidade e condição de alcançar, percepção e a compreensão para o uso com segurança e autonomia em edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e os seus elementos (RODRIGUES; SANTOS; FONSECA, 2020).

Acrescido a essa ideia, Sassaki (2019) defende que é de suma importância que todas as normativas e legislações em vigência sejam fiscalizadas e devidamente executadas, para que as pessoas com deficiência (PcD) não tenham limitações em espaços físicos, principalmente quando são aqueles de cunho público. Contudo, a literatura evidencia que a realidade nem sempre condiz

com as normatizações (GHIRALDI, 2014; FLORIANO E VARGAS, 2019).

O estudo conduzido por Brito Neto (2017) esclarece que o espaço público é o local que se deve ter acesso e gozo de todos os cidadãos, além da liberdade de manifestação mais propagada no sentido de possibilidade e como direito fundamental. De tal modo, que esse espaço assegure a eles o direito de ir e vir, dentre outras garantias constitucionais. No entanto, mesmo com a criação do programa de acessibilidade urbana, a realidade de muitos locais é completamente divergente a essa situação, o que enseja o desenvolvimento de ações para reverter essa condição.

Faz-se necessário destacar que as pessoas com deficiência não podem viver em um estado de exclusão, dado que o direito de ir e vir está previsto na Constituição Federal de 1988, demonstrando, assim, que todas as pessoas são livres, sendo dever do Estado e de toda a sociedade eliminar barreiras, sejam elas físicas ou virtuais para que haja igualdade entre todos os cidadãos brasileiros (BRASIL, 1999).

Nota-se, portanto, a necessidade de uma reestruturação no espaço urbano, o que atenua uma análise criteriosa da organização desses espaços e também da necessidade de melhores estudos dentro da formação e atuação dos profissionais da Engenharia Civil para proporcionar maior segurança e acessibilidade as pessoas com deficiência no Brasil.

Destarte, a importância de abordar esse tema condiz em dar maior ênfase a acessibilidade, para que a legislação e normas existentes sejam fiscalizadas e efetivadas, e que mais estudos surjam e que possam dar ainda mais visibilidade ao tema, para que haja a implantação de mecanismos que garantam os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, dentre eles, o direito de ir e vir, realçando as atribuições dos engenheiros civis nesse campo de atuação.

Torna-se de suma importância a investigação em torno da acessibilidade nos órgãos públicos, bem como identificar os principais desafios que a falta desse acesso possibilita às pessoas com deficiência (PcD). Assim, a pergunta que norteou o presente estudo foi: quais os desafios de acesso encontrados por pessoas com deficiência na prefeitura do município de Itagi, na Bahia? E em busca da compreensão acerca do tema, o estudo objetivou analisar a acessibilidade na prefeitura citada em consonância com o que há na literatura sobre a temática, por meio de uma revisão integrativa de caráter crítico na literatura científica nacional.

2. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, este estudo é caracterizado como descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2007), este tipo de estudo tem como principal objetivo promover maior interação com o problema estudado, com a oportunidade de concebê-lo de forma mais explanada e dessa forma formular as hipóteses e soluções.

Foram realizadas pesquisas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Google Scholar* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) dos artigos referentes às seguintes palavras-chave: Acessibilidade, Órgão Público e NBR 9050:2020. Em relação a coleta de dados foi realizada uma visita técnica de caráter observacional e exploratório, e também levantamento fotográfico resultando em um estudo de caso. Desse modo, representa-se o fluxograma do delineamento metodológico da pesquisa na Figura 1.

Vale destacar que a pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de análise de documentos de domínio científico, sendo caracterizada por uma revisão integrativa de literatura, referente a trabalhos publicados no âmbito nacional sobre os desafios da acessibilidade em órgãos públicos, o estudo teve o intuito de condensar os resultados de diversas pesquisas e fazer uma análise crítica com conclusões globais a respeito do tema, de modo a contribuir na elaboração de futuras pesquisas.

O método empregado para a seleção dos estudos foi uma busca de publicações indexadas na base de dados citadas anteriormente, tendo como estratégias de busca, a combinação das palavras-chaves por meio da utilização do operador booleano “AND”. O recorte temporal adotado foram estudos publicados entre 2010 e 2023, tendo como critérios de inclusão idioma português, pesquisas originais, texto completo, ter acessibilidade como cenário central, independente da formação do autor. Ao passo em que se excluíram artigos não disponíveis na íntegra e produções científicas que não correspondam com os objetivos do estudo.

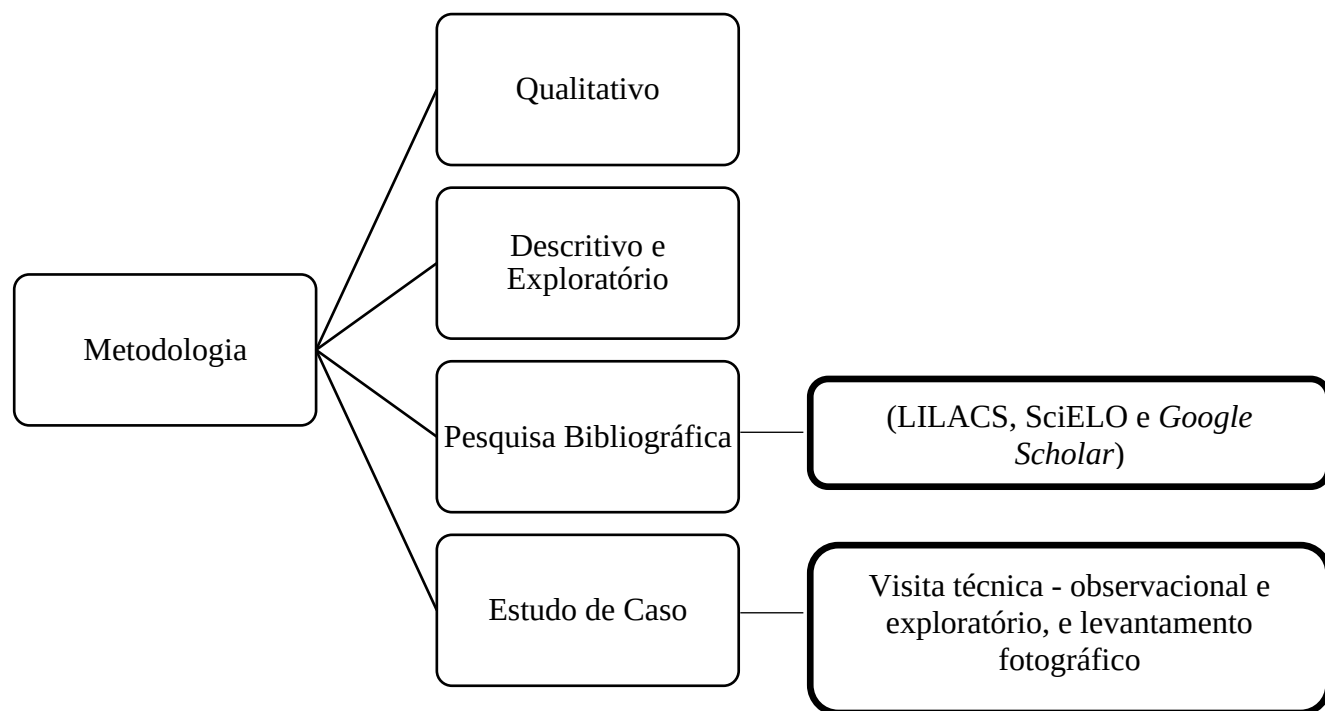
A coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2023 e reuniu um total de 137 artigos, divididos nas bases de dados LILACS (29), SciELO (94) e *Google Scholar* (14), sendo 10 artigos lidos detalhadamente por responderem ao objetivo deste estudo. Para corresponder as perspectivas da pesquisa e sua respectiva tabulação, nos artigos selecionados deve conter: autores/títulos, ano de publicação, desfecho e principais resultados que incluíssem a caracterização

da acessibilidade dentro dos órgãos públicos. Selecionando todos os itens com intuito de reduzir e organizar os artigos para a elaboração do fluxograma e do quadro sintético.

No fluxograma de seleção dos estudos (Figura 2) dos 137 artigos encontrados, um total de 24 artigos foram selecionados. Ao realizar a leitura de título e resumo um total de 10 artigos foram excluídos por não apresentar conformidade ao objetivo do estudo, e ao realizar a leitura completa 09 artigos foram excluídos por não corresponder aos achados da pesquisa. Foram selecionados e analisados um total de 05 artigos.

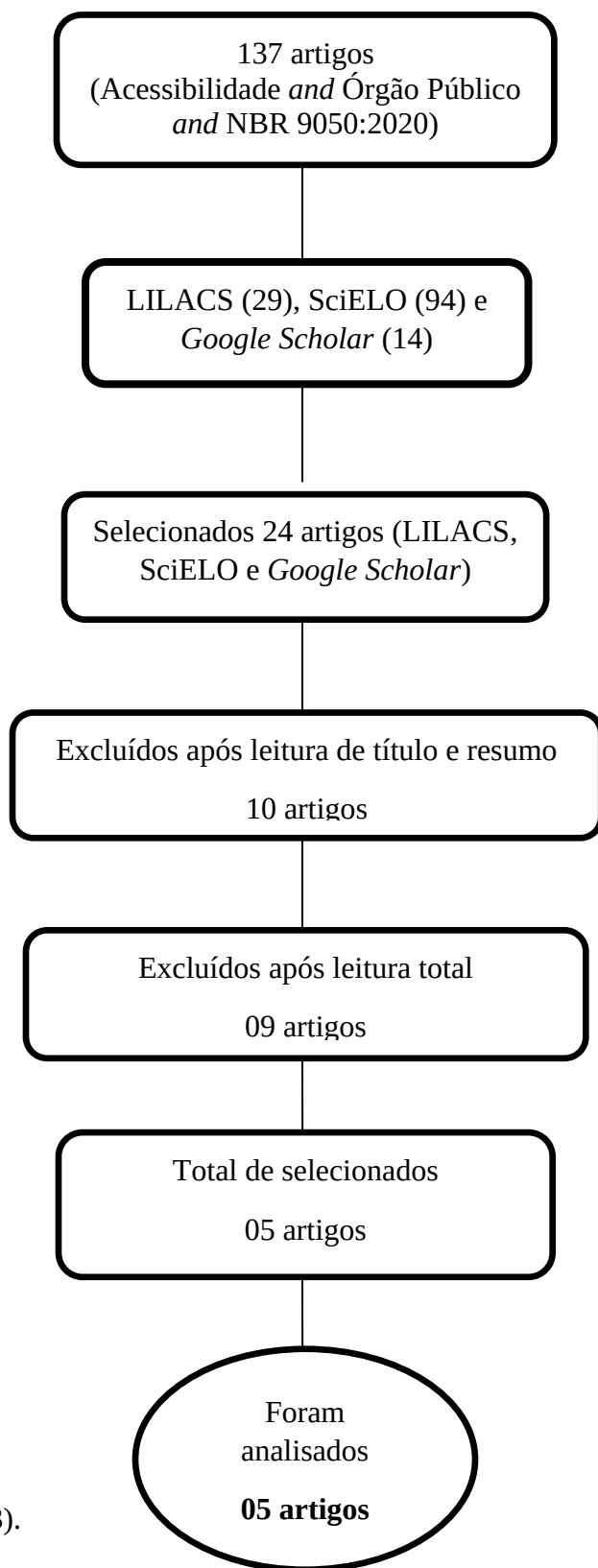
Após a tabulação dos dados obtidos na pesquisa de cunho bibliográfico foi criado um quadro sintético (Tabela 1) com a caracterização dos estudos analisados na pesquisa contendo informações como: autores/títulos, ano, principais resultados e desfecho, assim como a ilustração de fotos mostrando as reais condições de acessibilidade da Prefeitura Municipal de Itagi, na Bahia.

Figura 1: Fluxograma do percurso metodológico.



Fonte: Autores (2023).

Figura 2: Fluxograma de seleção dos estudos de acordo critérios de inclusão e exclusão dos estudos selecionados a partir das palavras-chave: *Acessibilidade and Órgão Público and NBR 9050:2020*.



Fonte: Autores (2023).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Caracterização dos artigos selecionados para a acessibilidade nos órgãos públicos e NBR 9050:2020.

Nº	Título	Autor(es)/ Ano	Principais Resultados	Desfecho
01	Análise de acessibilidade em calçadas, vias públicas e prédios públicos na cidade de Doutor Camargo – PR.	André Luiz Dias Ghiraldi / 2014	A cidade deve possibilitar a todos os seus habitantes, de forma segura e autônoma, o lazer, a moradia, o acesso aos serviços públicos e a circulação nas vias, garantindo, inclusive, a acessibilidade às pessoas com deficiência.	O município de Doutor Camargo é muito carente no que se refere à acessibilidade, fazendo-se necessário uma readequação dos espaços públicos, a implantação de medidas de promoção da acessibilidade e uma política de fiscalização quanto à execução dos passeios públicos.
02	O papel da Engenharia Civil na melhoria da qualidade de vida por meio da acessibilidade	Lara Lucia Vilaça Lima e Roane Caetano de Faria/ 2015	Um dos grandes desafios apresentados a esses indivíduos é a locomoção em espaços públicos. Em muitos desses espaços, não existe acessibilidade adequada e, com isso, os usuários portadores de necessidades especiais acabam ficando restritos em sua mobilidade pública.	O trabalho expõe quais os procedimentos necessários para as adaptações em edificações novas e as normas que adequem essas locais, visando o bem estar dessas pessoas com necessidades especiais e possibilitando que, com o tempo, as cidades possam ter melhor acessibilidade em locais públicos.
03	Acessibilidade no espaço público para pessoas com mobilidade reduzida	Luís Fernando da Silva Floriano e Taís Cachoeira Vargas/ 2019	É imprescindível que nos tempos contemporâneos as pessoas com mobilidade reduzida, e portadores de necessidades especiais tenham seus direitos de ir e vir atendidos, de maneira que as adequações em relação à acessibilidade e às vias públicas tragam conforto e segurança para os mesmos.	Os passeios públicos necessitam de mais atenção, bom senso e fiscalização referentes à acessibilidade e segurança. E, as normas vigentes voltadas à adequação de acessibilidade nas vias sejam seguidas de forma devida, e que seja vistoriada de forma mais rigorosa a execução de obras de passeios públicos.
04	Acessibilidade urbana: análise das condições de acesso a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida em via pública no centro da cidade	Miriane dos Santos Rodrigues, Lethícia Anielly Oliveira Santos e Luiz Felipe da Silva da Fonseca/ 2020	Quando o assunto é acessibilidade urbana, a palavra inclusão está expressamente interligada. O conceito sobre o tema é dar qualidade à circulação em espaços urbanos e garantir melhores condições de mobilidade e liberdade a toda população.	Verificou-se a necessidade de ações referentes a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbana para garantir o acesso seguro e eficaz nas vias urbanas a toda população sem exceção.
05	Calçada: determinação do Índice de Qualidade das Calçadas em Região Central de João pessoa	Vicente Pessoa de Brito Neto e Clóvis Dias/ 2017	Apesar das legislações vigentes, existem alguns problemas que prejudicam a qualidade das calçadas,	Evidenciou-se a falta de padrão na produção das calçadas, bem como uma condição de acessibilidade e mobilidade precária em

			como a falta de padronização definida por órgãos estatais, a ineficácia da fiscalização.	praticamente todo trajeto analisado.
--	--	--	--	--------------------------------------

Fonte: Autores (2023).

Estudos evidenciam que o crescimento demográfico acelerado das cidades brasileiras, vem acarretando em muitas dificuldades que prejudicaram a sociedade e o poder público constituído, entre elas, a insuficiência de acessibilidade urbana e atrelada a uma questão maior: o direito à cidade (GHIRALDI, 2014; LIMA E FARIA, 2015; FLORIANO E VARGAS, 2019; BRITO NETO E DIAS, 2017).

Sob essa ótica, cabe mencionar que a falta de acessibilidade abrange com maior intensidade as Pessoas com Deficiência (PcD), sejam elas: auditivas, visuais, mentais ou motoras), e também pessoas com dificuldade de locomoção (GHIRALDI, 2014; FLORIANO E VARGAS, 2019). Nessa perspectiva, a acessibilidade é considerada ponto essencial na formação da cidadania do indivíduo, uma vez que quando incapazes de um acesso digno ao frequentar uma escola, universidade, área de lazer, entre outros espaços, acaba reduzindo este cidadão o ingresso à cultura e informação (LIMA E FARIA, 2015; BRITO NETO E DIAS, 2017; FLORIANO E VARGAS, 2019).

Os resultados apontam que o número de pessoas com necessidades especiais vem crescendo no mundo, seja por causa natural, acidentes de trânsito ou até mesmo acidentes de trabalho. Logo, essas pessoas necessitam de atenção no atendimento do comércio, órgãos públicos e demais instituições (BRITO NETO E DIAS, 2017; FLORIANO E VARGAS, 2019; RODRIGUES; SANTOS; FONSECA, 2020).

Nota-se que o Brasil vem se adequando para garantir acesso às pessoas a qualquer espaço público, porém este desenvolvimento tem sido considerado lento por alguns estudiosos (BRITO NETO E DIAS, 2017; FLORIANO E VARGAS, 2019; RODRIGUES; SANTOS; FONSECA, 2020), dado que pessoas de mobilidade reduzida enfrentam dificuldades no transporte público, no acesso a estabelecimentos que não possuem rampas ou pisos com relevos, calçadas quebradas sem estrutura para transitar, a maioria dos semáforos não possuem sinalização sonora (GHIRALDI, 2014; LIMA E FARIA, 2015; BRITO NETO E DIAS, 2017; FLORIANO E VARGAS, 2019).

Acrescido a essa ideia, a partir de então, serão apresentados e discutidos os resultados com

base na pesquisa observacional e exploratória do autor, no qual, o local escolhido, a Prefeitura Municipal de Itagi, na Bahia, localizado no centro da cidade, mais precisamente, na Avenida Nilton Vaz, 95, Jardim de Ala, CEP: 45230-000. O município de Itagi, com uma população de aproximadamente 13.803 habitantes, encontra-se localizado a cerca de 415 km de Salvador (IBGE, 2022).

O ponto discutido e enfatizado nessa pesquisa, corresponde a acessibilidade em órgãos públicos, com ênfase na Prefeitura de Itagi, conforme evidencia a Figura 3, sinalizando a frente (fachada) da prefeitura. Observa-se pela representação da imagem, que a fachada por si só já sinaliza aspectos irregulares em relação as normas de acessibilidade, ou seja, o local inicialmente já se apresenta limitado às pessoas com algum tipo de deficiência para locomoção, sendo evidenciado pelo registro fotográfico que o acesso ocorre apenas por uma extensa e estreita escada. Desse modo, o acesso inicial ao órgão público analisado já se configura como barreira de acesso às pessoas que possuem algum tipo de deficiência motora ou até mesmo visual, por exemplo.

Figura 3 – Fachada Prefeitura



Fonte: Autores (2023).

Rodrigues, Santos e Fonseca (2020) destacam em seu estudo que espaços físicos que se tratam de um órgão público que demanda movimentação intensa de pessoas, precisam oferecer condições mais adequadas de acessibilidade para as Pessoas com Deficiência, principalmente em relação aos deficientes físicos e visuais. Contudo, podemos observar pela imagem anterior que não há essa adequação afim de oportunizar inclusão de acesso às PcD.

A visita técnica possibilitou a visualização e a análise acerca da real situação e acessibilidade em um órgão público de suma importância para município em questão, dado que ele contempla um alto número de tráfego e a presença de diversas questões que requerem maior atenção referente a limitação de normas e legislações vigentes que atenuam e efetivem a inclusão social adequada.

De acordo com a Figura 4, a escada apresentada se constitui enquanto uma das maiores barreiras de acessibilidade e descumprimento de leis e normativas (BRASIL, 1999; BRASIL, 2004; BRASIL, 2012). Entretanto, cabe citar que o prédio em que está localizado a prefeitura, é bem antigo e acaba não atendendo as demandas da população geral. Uma vez que caso uma pessoa com deficiência física, em situação de cadeira de rodas necessite ir até o local, consequentemente, não poderá subir essas escadas, visto que essa é a única forma de acesso ao órgão, e o prédio não conta com elevador ou rampa que possibilite o deslocamento.

Figura 4 – Escadas entrada da Prefeitura



Fonte: Autores (2023).

Podemos observar que esse é o principal obstáculo encontrado na Prefeitura da cidade de Itagi, isto é, a interferência da extensa escada que inviabiliza a locomoção livre e segura dos cidadãos. Sendo necessário não apenas uma reforma, mas que a prefeitura conte com uma equipe de engenheiros capacitados para a organização e construção de um local que atenda as demandas da população de forma igualitária e equitativa, bem como que garanta o cumprimento das leis que asseguram acessibilidade a todos os cidadãos, inclusive as pessoas com deficiência.

A Figura 5 representa um local em que a porta não tem nenhum tipo de adaptação para a passagem de pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 5 – Rol de entrada Prefeitura



Fonte: Autores (2023).

Torna-se evidente que não foi levado em consideração a necessidade de adaptação do local à qualquer tipo de pessoa, independente de ter ou não deficiência, tornando-se totalmente divergente do que é preconizado em algumas das legislações que regem a organização da acessibilidade em determinados espaços.

Podemos constatar nas Figuras 6 e 7 que trata-se de um local inadequado para ser o funcionamento de um órgão público, dado que essa inadequação do prédio acaba restringindo o direito de ir e vir de alguns cidadãos, e consequentemente repercute na participação popular frente à tomada de algumas decisões, assim como acaba interferindo diretamente na integração social das pessoas com deficiência, o que afeta e fere uma série de direitos e garantias dessas pessoas que lutam diariamente por condições melhores e qualidade de vida. De tal modo que essa parcela da população se tornam privadas de exercer a cidadania, em decorrência a ação inapropriada e ilegal e omissão do poder público.

Figura 6 – Escada Interna



Fonte: Autores (2023).

Figura 7 – Corredores interno



Fonte: Autores (2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo, pode-se verificar a importância de se abordar a acessibilidade de maneira constante no dia a dia da sociedade, uma vez que as pessoas com deficiência lutam pela garantia de seus direitos há muito tempo, e de forma gradativa vem alcançado muitas conquistas.

Entretanto, a sua exclusão dos ambientes públicos é um fato corriqueiro, tendo em vista que a maioria dos cidadãos tem uma ideia equivocada de inclusão, por acreditar que as PcD tenham que se adequar ao meio e não eles proporcionarem mudanças para contribuírem com um acesso igualitário dessas pessoas em todos os ambientes.

Nesse sentido, a pesquisa em questão abre uma discussão de suma importância para a atuação do Engenheiro Civil no desenvolvimento de projetos de prédios e demais locais públicos que atendam todas as normas referentes a garantir acessibilidade para pessoas com deficiência física e a mobilidade reduzida, e com o estudo, os objetivos propostos foram devidamente alcançados.

Destarte, a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida em locais públicos vem sendo amplamente discutida na literatura, mas ainda exige um olhar atento dos gestores municipais. Como exemplo temos a cidade de Itagi, na Bahia, que se apresentou nessa análise aquém da padronização exigida para que todos os cidadãos tenham acesso, o que acaba

desrespeitando seus direitos constitucionais, sendo necessária uma reavaliação profissional para que o local seja modificado.

Por fim, a pesquisa evidenciou que os locais e vias públicas necessitam de mais atenção, fiscalização e modificações referentes a acessibilidade e a segurança, pois diante dos dados apresentados ficou evidente a falta e a falha na acessibilidade em um local público de suma importância, sendo necessária que o local passe por uma reforma atendendo todas as normas ou a busca por um prédio adequado, que esteja de acordo com as leis e que sejam adaptadas para todos os cidadãos, incluindo rampas de acessibilidade, corrimão de apoio para as rampas de acesso e sinalização específica para proporcionar melhores condições de tráfegos.

Conclui-se, portanto, que o presente estudo foi finalizado de forma concisa, respondendo a todos os objetivos propostos. Assim como os resultados obtidos sugerem que há um caminho longo e árduo a ser percorrido para oferecer uma melhor condição às pessoas com deficiência não somente na Prefeitura Municipal de Itagi, como na grande maioria dos órgãos públicos brasileiros.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para realização de ações e discussões a respeito deste importante tema, visando a melhoria da qualidade de vida das PcD e com mobilidade reduzida no Município de Itagi-BA.

REFERÊNCIAS

BRASIL, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Decreto Legislativo Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**,1999.

_____. Emenda Constitucional Nº 12 de 17 de outubro de 1978. **Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica**, Brasília, DF, 17 de outubro de 1978.

_____. Lei nº 12.587/2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.** Brasília, DF, 03 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRITO NETO, V. P.; DIAS, CLÓVIS. **Calçada: Determinação do Índice de Qualidade das Calçadas em Região Central de João Pessoa.** 2017. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24976>. Acesso em: 18 out. 2023.

CARMO, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente:** a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1989.

CASSAPIAN, M. R. **Da cidade planejada ao lazer para todos.** Curitiba: UFPR, 2017.

CERIGNONI, F. N. **Deficiência:** uma questão política? São Paulo, Paulus, 2015.

COOPER, H. M. **The integrative research review: a systematic approach.** Beverly Hills (CA): Sage Publications; 1984.

COSTA, R. D. **A Lei 12.711/2012 e os cursos de graduação em turismo da UFMG, UFOP e UFRRJ – similaridades, singularidades e desafios no processo de consolidação.** Tese de Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Departamento de Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** São Paulo. Futura, 2018.

EMBRATUR. **Glossário de Turismo.** 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 25 de set. 2023.

Ferraz, V. S. **Hospitalidade urbana em grandes cidades.** São Paulo em foco. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, v. 3, n.2, p. 84-99, 2013.

Floriano, L. F. S.; Vargas, T. C. **Acessibilidade no espaço público para pessoas com mobilidade reduzida: o caso de vias públicas – Tubarão/SC.** Santa Catarina: Anima Educação. 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/c0b1d3af-88e7-461a-884e-6a846519d1d0>. Acesso em 18 out. 2023.

Ghiraldi, A. L. D. **Análise de acessibilidade em calçadas, vias públicas e prédios públicos na cidade de Doutor Camargo-PR.** 2014. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/6293>. Acesso em: 14 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. **Itagi**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itagi/panorama>. Acesso em: 25 out. 2023.

LIMA, L. L. V.; Faria, R. C. O papel da Engenharia Civil na melhoria da qualidade de vida por meio da acessibilidade. Minas Gerais: **Revista Perquirere**, v. 12, n.2, p. 234-246, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/perquirere/article/view/3456/988>. Acesso em: 14 out. 2023.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGI. **História**. 2019. Disponível em: <https://www.itagi.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6508>. Acesso em: 20 out. 2023.

RODRIGUES, M. S.; SANTOS, L. A. O.; FONSECA, L. F. S. **Acessibilidade urbana: Análise das condições de acesso à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida em via pública no centro da Cidade de Gurupi-TO**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, 3. ed, v. 09, p. 81-101, mar. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-civil/acessibilidade-urbana>. Acesso em: 18 out. 2023.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.

SILVA, C. I. **Perspectiva das Pessoas com Deficiência**: Um estudo com foco em três dos melhores restaurantes de Natal. 78f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015.